



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10845 - Resumo Expandido - Trabalho - XIV ANPED SUL (2022)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 07 - Alfabetização, Leitura e Escrita

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES - ALFABETIZAÇÃO BASEADA NA CIÊNCIA: UM DESENCONTRO COM A REALIDADE BRASILEIRA**

Estela Souza de Castro - ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

Janaína Soares Martins Lapuente - FURG - Universidade Federal do Rio Grande

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES - ALFABETIZAÇÃO BASEADA NA CIÊNCIA: UM DESENCONTRO COM A REALIDADE BRASILEIRA**

Este trabalho apresenta o recorte de uma pesquisa documental, desenvolvida no âmbito do mestrado em Educação. A referida pesquisa tem como principal objetivo analisar a proposta do Curso Alfabetização Baseada na Ciência (Curso ABC), enquanto formação de professores alfabetizadores por meio da documentação oficial do curso, disponibilizada nos canais digitais do Ministério da Educação (MEC). Para fins deste trabalho, busca-se analisar as concepções epistemológicas acerca do professor alfabetizador inerentes ao Curso ABC.

O Curso Alfabetização Baseada na Ciência é um programa da Política Nacional de Alfabetização (PNA) para formação de professores alfabetizadores, realizado na modalidade on-line pela Plataforma AVAMEC, com carga horária de 180 horas. Essa iniciativa é fruto da cooperação internacional realizada entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a Secretaria de Alfabetização (Sealf) do MEC, a Universidade do Porto (UP), o Instituto Politécnico do Porto (IPP) e a Universidade Aberta de Portugal (UAb) (BRASIL, 2020). O Curso ABC se define como fundamentado em evidências científicas e, de acordo com Alves e Leite (2021), organizadores da parte teórica do referido curso:

[...] interessa que os professores alfabetizadores possam, também a partir deste manual, desenvolver as qualidades que encontramos na ciência, que se caracteriza pela curiosidade, abertura à pluralidade, análise rigorosa, teste empírico, refutação e revisão do conhecimento. Esperamos que tal como os cientistas, possam os professores alfabetizadores conceder às evidências empíricas a primazia na reformulação dos seus conhecimentos e das suas práticas de alfabetização. A grande vantagem de um ensino baseado em evidências é que os professores podem, à partida, ter um maior grau de confiança na eficiência das estratégias a utilizar com os

seus alunos. (ALVES; LEITE, 2021, p. 2, 3)

A partir do excerto acima percebemos que no Curso ABC é enfatizada a formação baseada na neurociência, conferindo à formação um status de cientificidade e modernidade. No entanto, de acordo com Moraes (2020) a análise de alguns tipos de experimentos recomendados nesta perspectiva neurocientífica, indicam que pouco ou nada contribuem para o desenvolvimento dos processos de alfabetização principalmente por não condizerem com o contexto da educação pública em nosso país.

Os conhecimentos anunciados como científicos, pautados em sua maioria em autores norte-americanos e europeus, têm sido superestimados em detrimento dos conhecimentos desenvolvidos no campo da alfabetização pelo menos nos últimos 40 anos aqui no Brasil. A partir de Nogueira e Lapuente (2021, p. 03) entendemos que esta concepção se configura em:

[...] uma desconsideração dos estudos e das pesquisas brasileiras e uma majoritária referência a estudos internacionais. Ao que tudo indica, há um intencional apagamento dos estudos nacionais sobre alfabetização, negando, inclusive, a discussão sobre letramento.

Nesse sentido, cabe referir um estudo realizado por Schwartz; Frade, Macedo (2019) sobre 95 grupos de pesquisas em alfabetização, vinculados a diversas instituições de ensino superior no país, os quais, de certa forma, têm sido desconsideradas pela PNA (2019) e em seus pacotes formativos. Dentre os grupos de pesquisa identificados pelas autoras, destacamos importantes centros de referências em alfabetização que tiveram grande atuação em formações de professores alfabetizadores, como por exemplo o Pró-letramento e PNAIC, o Centro de Alfabetização e Escrita (CEALE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e o Centro de Estudos em Educação e Linguagem (CEEL) com sede na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

A partir do ano de 2019, especialmente com a criação da Secretaria de Alfabetização (SEALF), a implementação da Política Nacional de Alfabetização (PNA) e o lançamento de programas para formação de professores alfabetizadores, como o Tempo de Aprender e o Curso ABC, propostos no formato on-line, percebemos um desencontro entre o que era proposto para alfabetização em nosso país até então. As formações para professores alfabetizadores oriundas da PNA (2019) têm um formato em que não há espaço para o diálogo, para a troca de experiências, para exposição de anseios, dúvidas, ou seja, para uma construção coletiva da prática de alfabetização. Além disso, observa-se um silenciamento dos diferentes contextos das famílias brasileiras, que em sua maioria confiam a alfabetização de seus filhos aos cuidados da escola pública.

Outro aspecto a destacar é que a formação do Curso ABC, destina-se às professoras que, em outros momentos de formação como, por exemplo, Pró-letramento e PNAIC citados anteriormente, tem contribuído, inclusive abrindo as portas de suas salas de aulas para realização de pesquisas empíricas, que buscam contemplar as múltiplas facetas da alfabetização (SOARES, 2017), em diferentes contextos e realidades dentro da escola.

Alferes e Mainardes (2019) publicaram um artigo que trata de uma revisão de trabalhos sobre o PNAIC. Dentre os diversos aspectos destacados nos textos analisados pelos autores, ressaltamos o de Cardoso e Cardoso (2016), o qual ressalta que:

[...] professores alfabetizadores, orientadores de estudo, coordenadores locais e demais profissionais envolvidos no PNAIC exercem papel ativo na interpretação e reinterpretação dessa política pública e, conseqüentemente, seus modos de pensar influenciam, sobremaneira, no processo de implementação da política (ALFERES e MAINARDES, 2019, p, 52).

Nosso intuito neste trabalho, não é fazer uma análise comparativa entre diferentes programas de formação de professores propostos pelo governo federal, contudo, entendemos relevante indicar a grande ruptura que as propostas do governo atual vêm promovendo em termos de perspectiva de formação de alfabetizadores no país.

A investigação está sendo realizada no âmbito da pesquisa documental com abordagem qualitativa, baseada na concepção de Mortatti (2019) ao considerar as fontes documentais enquanto textos buscando analisar:

[...] opções temático-conteudísticas (o quê?) e estruturais-formais (como?), projetadas por determinado sujeito (quem?), que se apresenta como autor de um discurso produzido de determinado ponto de vista e lugar social (de onde?) e momento histórico (quando?), movido por certas necessidades (por quê?) e propósitos (para quê?), visando a determinado efeito em determinado tipo de leitor (para quem?) e logrando determinado tipo de circulação, utilização e repercussão. (MORTATTI, 2000, p. 30)

Nesta perspectiva e visando alcançar o objetivo proposto para a pesquisa, buscamos responder as seguintes questões: No que consiste o Curso ABC? Qual perspectiva de professor alfabetizador expressa o curso? Qual papel ocupado por este professor no seu processo formativo? Dessa forma, buscamos investigar o material que compõe o Curso ABC disponível na Plataforma AVAMEC, bem como uma visão geral do referido curso.

O primeiro passo da pesquisa empírica foi se inscrever no Curso ABC no Portal do MEC como participante, para ter acesso aos materiais disponibilizados, que conta com o componente teórico e com o componente prático. O componente teórico está organizado no Manual ABC, composto por 23 capítulos, agrupados em torno de quatro temas, quais sejam: Noções fundamentais sobre a alfabetização; Literacia emergente; Aprendizagem da leitura e da escrita e por fim, Dificuldades e perturbações na aprendizagem da leitura e da escrita.

O componente prático, é apresentado numa seção de 12 vídeos intitulados ABC na Prática. A média de tempo de cada vídeo varia de 10 a 15 minutos e em alguns casos, estendendo-se um pouco mais. Cada vídeo começa com a explanação conceitual do tema por uma professora do Centro de Investigação e Intervenção na Leitura (CIIL) a ser desenvolvido nas atividades práticas demonstradas, seguido pela demonstração de como conduzir jogos ou brincadeiras envolvendo um dos temas citados. A dinâmica conta com a participação de um fantoche chamado Ciilarico, que é considerado a mascote da turma e conduz as brincadeiras. Dentre os 12 vídeos do ABC, 8 são direcionados para o último ano da Educação Infantil e 4 são direcionados para o primeiro ano do ciclo de alfabetização.

Como fonte de análise, selecionamos o material instrucional do Curso ABC, contido na plataforma AVAMEC, abrangendo o Manual ABC (composto de 557 páginas, com material conceitual teórico), os vídeos teóricos e práticos gravados por professores

portugueses e legendados para o português do Brasil, slides, avaliações e informações dispostas na página inicial da plataforma. Sendo assim, os procedimentos consistem na leitura do artigo produzido por um especialista no assunto abordado a cada aula, na assistência ao vídeo gravado pelo próprio autor do texto retomando os pontos principais e na análise dos slides que possuem uma apresentação didática do assunto e a conclusão do capítulo que se dá com a resolução de dez questões objetivas sobre o tema estudado.

Trata-se de uma formação que privilegia a autoinstrução, ou seja, “não conta com a presença de um tutor para acompanhamento e orientação dos estudos e das atividades, nem para tirar as dúvidas por meio de sala de bate-papo (chat) ou de fóruns de discussão” (NADALIM, 2021).

Ao observar a proposta do referido curso em comparação com os dois últimos ofertados para os professores alfabetizadores em âmbito nacional, ou seja, o Pró-letramento e o PNAIC, percebe-se uma sucessão de rupturas tanto em relação às concepções que embasam o curso como a própria dinâmica proposta. Os referidos programas de formação de professores alfabetizadores, que antecederam o Curso ABC, vinham sendo elaborados em parceria com universidades brasileiras, com base em estudos realizados por pesquisadores nacionais. A PNA rompe com este paradigma ao defender que os conhecimentos sobre alfabetização produzidos no Brasil não são científicos, usando esse tipo de justificativa para introduzir no cenário da alfabetização brasileira um modelo proveniente de outros países, o que, respaldados em Freire (2001, p.37) podemos caracterizar como uma ação que:

[...] transpira autoritarismo. De um lado, nenhum respeito à capacidade crítica dos professores, a seu conhecimento, à sua prática; de outro, na arrogância com que meia dúzia de especialistas que se julgam iluminados elabora ou produz o ‘pacote’ a ser docilmente seguido pelos professores que, para fazê-lo, devem recorrer aos guias. Uma das conotações do autoritarismo é a total descrença nas possibilidades dos outros.

As palavras de Freire (2001) suscitam algumas reflexões quanto ao papel ocupado pelo professor alfabetizador enquanto agente de seu processo formativo, no decorrer do curso. Não havendo espaço para interação, troca de experiência, exposição de dúvidas, questionamentos, reflexões coletivas, o professor é concebido como um receptor de informações, um agente passivo que é submetido a treinamento diretivo e prescritivo. Nogueira e Lapuente (2021, p. 15) salientam que “professor e os alunos estão implicados no processo de alfabetização, precisam ser percebidos como sujeitos que têm saberes, histórias e interesses diferentes, e desse modo, eles não devem ser apagados no processo de ensino aprendizagem.”

No entanto, a desvalorização do papel do professor no seu processo formativo se torna evidente no decorrer do curso quando, além de não ser proporcionado um espaço coletivo para interações sobre os saberes transmitidos, desconsiderando-se a possibilidade do fortalecimento do coletivo por meio de trocas de experiências, quase não vemos menções a experiência ou atuação no contexto diário das salas de alfabetização, que condizem com a realidade das escolas públicas brasileiras.

Concebendo os professores como prestadores de serviço, com ações quase mecanizadas seguindo as instruções para aplicar determinadas técnicas fundamentadas nas neurociências para alfabetizar, desconsiderando a autonomia e a capacidade reflexiva dos mesmos de atuarem sobre a sua prática.

Percebemos que o caráter científico, destacado no Curso ABC tem rechaçado a dimensão social, antropológica, psíquica, afetiva e emocional, fatores fundamentais a serem considerados no processo de aprendizagem. A essência da referida carta do Secretário da Alfabetização enfatiza a inserção das ciências cognitivas na promoção de práticas de alfabetização como sendo um reflexo do alto nível de ambição educacional no país. (NADALIM, 2021).

No entanto, esta priorização pela estrutura operacional de transmissão de um conhecimento científico que desconsidera a dimensão das interações empobrece o processo de alfabetização para todos os envolvidos, implicando em perdas tais como a falta de especificidade de cada contexto para os estudantes e a ausência de um espaço para significar os aprendizados sob diferentes olhares e para valoriza-lo enquanto produtor do conhecimento sobre a sua prática, no caso dos professores. Haja vista que, nesta perspectiva homogeneizante de alfabetização, de aprendizagem, de criança e de alfabetizador busca-se moldar diferentes contextos, independentemente de quais forem os sujeitos envolvidos no processo e de quais sejam os recursos humanos, os recursos materiais e os recursos financeiros, as condições sociais da comunidade escolar, os aspectos culturais, entre outros, dentro de um mesmo padrão.

No Caderno da PNA e no Manual ABC enfatiza-se o “objetivo de elevar a qualidade da alfabetização e combater o analfabetismo em todo território brasileiro,” e “inserir o Brasil no rol de países que escolheram a ciência como fundamento para a elaboração de suas políticas públicas de alfabetização” (NADALIM, 2019, p. 07; 2021, p. 11).

O que vem sendo proposto para elevar a qualidade da alfabetização e combater o analfabetismo, consiste na inserção do método fônico que é o foco principal do treinamento ABC. Segundo Morais (2020) a adoção pelo método fônico evidencia desrespeito a diversidade dos aprendizes e dos docentes. O método vem sendo apresentado numa perspectiva científica que confere a ele o status de modernidade e como a solução para os déficits na alfabetização em nosso país, bastando para isso que os professores dominem as premissas do Curso ABC.

Destas constatações emergem outras questões envolvendo a concepção cultural e histórica em torno da culpabilização do professor pelo fracasso da educação no Brasil e imputando-lhe o dever de reverter esta situação. Desta forma o Estado isenta-se da sua responsabilidade quanto aos altos índices de analfabetismo no país, justificando-se com o grande investimento financeiro que está sendo feito para a formação de professores alfabetizadores.

Neste trabalho apresentamos uma pesquisa que tem por tema: “Formação de Professores - Alfabetização Baseada na Ciência: um desencontro com a realidade brasileira” e teve como objetivo: analisar as concepções epistemológicas acerca do professor alfabetizador inerentes ao Curso ABC.

Para tanto, apresentamos a metodologia que estamos utilizando a busca investigar por meio de análise documental o material que compõe o Curso ABC disponível na Plataforma AVAMEC, bem como uma visão geral do referido curso.

Elencamos como aspectos importantes a serem discutidos no presente trabalho a partir das seguintes questões: No que consiste o Curso ABC? Qual perspectiva de professor alfabetizador expressa o curso? Qual papel ocupado por este professor no seu processo formativo?

Como resultados preliminares, indicamos que o Curso ABC é uma formação para

professores alfabetizadores proposta pela PNA baseada nas ciências cognitivas e tem como foco principal, o método fônico. Trata-se de um curso autoinstrucional, onde não há espaço para o diálogo. Desta forma percebemos uma perspectiva epistemológica do professor como um profissional técnico, que não deve refletir sobre a sua prática. Nesta perspectiva, a proposta é que esteja sujeito as determinações de instâncias superiores que regulam seu trabalho.

Além disso, percebemos a tentativa de consolidar o discurso que culpabiliza o professor pelo fracasso na alfabetização em nosso país, ao apresentar o Curso ABC como a solução para acabar com o analfabetismo em todo território brasileiro.

**PALAVRAS-CHAVE:** Alfabetização Baseada na Ciência. Formação de Professores Alfabetizadores. Alfabetização.

#### REFERÊNCIAS:

ALFERES, Marcia Aparecida; MAINARDES, Jefferson. O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa em ação: revisão de literatura. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 27, p. 47-68, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/R8McrF5ZJpDjpDVn87gRPxR/?format=html> Acesso em 18 mai. 2022

ALVES, Rui; LEITE, Isabel. Introdução ao manual pelos editores: alfabetização baseada na ciência (ABC). Alfabetização baseada na ciência: manual do curso ABC, 2021. Disponível em: [manual\\_do\\_curso\\_abc.PDF](#) Acesso em 07 de mai. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização (MEC). Plataforma AVAMEC ABC Curso Alfabetização Baseada na Ciência. Brasília: MEC, Sealf: 2021. Disponível em: <https://avamec.mec.gov.br/#/instituicao/sealf/curso/12361/unidade/7621/acessar?continue=true>. Acesso em 05 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Notícia. MEC e Capes abrem 40 mil vagas para curso de alfabetização. Ministério da Educação, Brasília, 8 dez. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/mec-e-capas-abrem-40-mil-vagas-paracurso-de-alfabetizacao>. Acesso em 14 mar.2021.

FREIRE, Paulo. Pedagogia dos sonhos possíveis. São Paulo: UNESP, 2001.

MORAIS, Artur. Gomes. DE. Análise crítica da PNA (Política Nacional de Alfabetização) imposta pelo MEC através de decreto em 2019. Revista Brasileira de Alfabetização, v. 1, n. 10, 25 mar. 2020. Disponível em: <http://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/article/view/357>. Acesso em 05 abr. 2022.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Os sentidos da alfabetização: São Paulo - 1876/1994. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: MEC/Inep/Comped, 2000.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Brasil, 2091: notas sobre a “Política Nacional de Alfabetização”. Olhares: Revista do Departamento de Educação da Unifesp, v. 7, n. 3, p. 17-51, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/olhares/article/view/9980>. Acesso em 12 abr. 2022

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. A “Política Nacional de Alfabetização” (Brasil, 2019): uma “guinada” (ideo) metodológica para trás e pela direita. Revista Brasileira de Alfabetização, v. 1, n. 10, 25 mar. 2020. Disponível em: <http://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/article/view/348>. Acesso em 05 abr. 2022.

NADALIM, Carlos. Francisco. de Paula. CADERNO DA PNA. Secretaria de Alfabetização. PNA Política Nacional de Alfabetização/Secretaria de Alfabetização. – Brasília: MEC, SEALF, 2019. 54 p. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/images/banners/caderno\\_pna\\_final.pdf](http://portal.mec.gov.br/images/banners/caderno_pna_final.pdf) Acesso em 07 mai. 2022

NADALIM, Carlos Francisco de Paula et al. Alfabetização baseada na ciência: manual do curso ABC. 2021. Disponível em: [manual\\_do\\_curso\\_abc.PDF](#) Acesso em 07 de mai. 2022.

NOGUEIRA, Gabriela Medeiros; LAPUENTE, Janaina Soares Martins “Tempo de Aprender”: uma proposta do Ministério da Educação para professores alfabetizadores. Revista de Educação PUC-Campinas, [S. l.], v. 26, p. 1–17, 2021. DOI: 10.24220/2318-0870v26e2021a4933. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/reeducacao/article/view/4933>. Acesso em: 11 maio. 2022.

SCHWARTZ, Cleonara Maria; FRADE, Isabel Cristina da Silva; MACEDO, Maria do Socorro Alencar Nunes. Grupos de pesquisa em alfabetização no Brasil: diálogos com redes de pesquisa. Roteiro, [S. l.], v. 44, n. 3, p. 1–26, 2019. DOI: 10.18593/r.v44i3.20502. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/20502>. Acesso em: 13 maio. 2022.

SOARES, Magda. Alfabetização e Letramento. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2017.